

## DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo nº. 29 / DGC / 2012

**Fato de fantasia para criança - “Bruxa/ 9992102”  
(35PT - 0002E0322P12)**

### DELIBERAÇÃO

PRODUTO		
1.	Categoria de produtos	Brinquedos.
2.	Denominação do produto	Fato de fantasia “Bruxa”.
3.	Código e lote	Código de barras 5608992921027 - 9992102.
4.	Marca	Akita.
5.	Características do produto / da categoria de produtos	Fato de fantasia “Bruxa”, apresentando-se predominantemente nas cores preta e cor-de-rosa. Possui a marcação CE.
6.	Público a que se destina	Destina-se a crianças, com idades compreendidas entre 4 e 6 anos.
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 43/2011, de 24 de março;</li> <li>Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.</li> </ul>
8.	Regulamentos/ Normas aplicáveis ao produto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (<i>Reach</i>), Anexo XVII, ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas);</li> <li>EN 71-2:2011 – Segurança de brinquedos – Parte 2: Inflamabilidade.</li> </ul>
AGENTES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante	Fabricado na China. Identificação do fabricante: Não identificado Importador identificado: Organizações Ciage Importação e Exportação, Rua das Casas Queimadas, 293, 4415-439 Grijó, Portugal.
10.	Identificação do distribuidor	Não identificado
11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: Ji Xiang, Rua da Rotunda, Lote 16, Zona Industrial da Varziela, 4480 Vila do Conde.

<b>DILIGÊNCIAS EFETUADAS</b>		
<b>12.</b>	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação comunitária conjunta de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta deliberação), o produto foi ensaiado pelo <i>Istituto Italiano Sicurezza Giocattoli</i> (IISG), de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (<i>Reach</i>), Anexo XVII, ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas);</li> <li>• A norma EN 71-2:2011 – Segurança de brinquedos – Parte 2: Inflamabilidade.</li> </ul> <p>O IISG remeteu o relatório de ensaios nº. 12.16158, de 26 de junho de 2012, onde conclui que o produto em apreço cumpre o previsto na norma EN 71-2:2011 – <i>Safety of toys – Part 2: Flammability<sup>1</sup>, ponto 4.3 “Toy disguise costumes and toys intended to be worn by a child in play”</i>.</p> <p>Relativamente ao Ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas), do Anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (<i>Reach</i>), o relatório de ensaio do IISG refere não terem sido detetadas “não conformidades”.</p>
<b>13.</b>	Medidas já adotadas	
<b>14.</b>	Não conformidades	
<b>15.</b>	Riscos	
<b>16.</b>	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>		
<b>17.</b>	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação comunitária conjunta de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta deliberação, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica procedeu à colheita do produto no mercado.
<b>18.</b>	Avaliação de risco	
<b>19.</b>	Observações complementares	<p>Está em curso uma ação comunitária conjunta de vigilância do mercado sobre “Fatos de fantasia para criança”, apoiada financeiramente pela Comissão Europeia e que conta com a participação da Grécia, Holanda, Letónia, Eslovénia e Portugal. A coordenação desta ação é assegurada, a nível nacional, pela Direção-Geral do Consumidor, participando também a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.</p> <p>É dispensada a realização da audiência de interessados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo, tendo em conta que os elementos constantes do procedimento são favoráveis ao operador económico, enquanto parte interessada no processo.</p>

<sup>1</sup> Norma sobre a Segurança de Brinquedos – Parte 2, Inflamabilidade

**DELIBERAÇÃO**

<b>20.</b>		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores, a Direção-Geral do Consumidor delibera:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Dispensar a realização da audiência de interessados ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo, dado que os elementos constantes da deliberação são favoráveis ao operador económico, enquanto parte interessada no processo;</li><li>b) Proceder ao arquivamento do presente processo, salvaguardando-se a sua reabertura caso sejam apresentados novos elementos, atendendo a que nos ensaios efetuados não foram detetadas não conformidades suscetíveis de colocar em risco a saúde e segurança dos consumidores;</li><li>c) Comunicar o teor da presente deliberação ao operador económico - Organizações Ciage Importação e Exportação, Rua das Casas Queimadas, 293, 4415-439 Grijó, Portugal;</li><li>d) Comunicar o teor da presente deliberação à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira;</li><li>e) Tornar pública a presente deliberação.</li></ul>
<b>21.</b>	<b>Data</b>	21 de novembro de 2012